

ANÁLISE DOS FATORES MOTIVADORES DE MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ITABORAÍ/RJ A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO COMPERJ (2006-2014)

Área temática: Ética e Responsabilidade Social

Natália Castelo Branco

nataliabranco@cneerj.com.br

Pando Pandeff

pando_angeloff@yahoo.com.br

Rafael Pereira

rafaelabreupereira@yahoo.com.br

Sthefani Saraiva

sthefanisaraiva@cneerj.com.br

Resumo: *O estudo buscou analisar e ampliar a compreensão dos principais fatores motivadores da mortalidade de micro e pequenas empresas no Município de Itaboraí/RJ a partir das influências geradas sobre a economia local com o anúncio e posterior processo de implantação do COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. A mortalidade de empresas está associada à falta (ausência) de uso de ferramentas de Planejamento Estratégico e considerando que planejar de modo estratégico se faz cada dia mais necessário para garantir competitividade, a análise das pressões provocadas pela instalação de empreendimentos de grande porte sobre as economias municipais pode possibilitar aos pequenos e médios empreendedores readequar suas estratégias de negócios e reposicionarem produtos e serviços. Tomando como base o Município de Itaboraí/RJ, o que se verificou após realizada pesquisa de campo com empresários locais foi uma elevação das taxas de mortalidade em decorrência da crise provocada pela paralisação das obras. Os resultados indicaram que o COMPERJ desencadeou diversos processos que levaram à economia local a se desestruturar quando projeções equivocadas foram feitas e os empreendedores, sem conhecimento adequado, apostaram na incerteza e começaram a perder competitividade. O estudo é fruto de trabalho monográfico do curso de Administração da Faculdade Itaboraí, desenvolvido pelo aluno Rafael de Abreu Pereira, sob a orientação do Prof. Ds, Pando Angeloff Pandeff e apoio das Profas. Ms. Natalia Cristina Correa Castelo Branco e Ms. Sthefani Nogueira Saraiva, que já desenvolvem estudos correlatos no Município de Itaboraí/RJ.*

Palavras-chaves: *Comperj, Itaborai, Micro e Pequenas Empresas, Mortalidade.*

1. INTRODUÇÃO

O Município de Itaboraí vem sofrendo profundas alterações estruturais e econômicas desde o anúncio em abril de 2006 da implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ e com obras iniciadas a partir de 2008 com instalação do canteiro e a terraplanagem da área.

O processo de implantação do empreendimento afetou o Município nos mais diversos segmentos, variável de acordo com cada segmento econômico, possibilitando o surgimento de novos negócios e aquecimento da economia como um todo. Com a crise estabelecida a partir do ano de 2013 iniciada com a paralisação das obras, a economia local foi severamente impactada e os desdobramentos percebidos se associam diretamente a elevação da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas.

Inicialmente, a implantação do Complexo viabilizou o surgimento de inúmeras oportunidades de negócios, estimulando assim ações empreendedoras e o surgimento de novas, micro e pequenas empresas no mercado local para atender às demandas por bens e serviços decorrentes do aquecimento da economia e do elevado contingente de trabalhadores que fixaram residência no município vinculados ao processo de construção do Complexo.

O aquecimento inicial da economia em 2008 com o início das obras do complexo dá lugar hoje a profunda crise econômica e social, levando o mercado local a se reestruturar, e diversas empresas criadas no período de aquecimento a encerrarem suas atividades e outras ainda em processo de encerramento.

Verifica-se assim que, em pequenas economias influenciadas diretamente por empreendimentos industriais de grande porte, para que as pequenas e médias organizações continuem ativas e operacionais e possam ainda expandir seus negócios, torna-se necessário que os empreendedores e Poder Executivo Municipal busquem estabelecer um pacto de desenvolvimento com base na disseminação de informações e ampliação da capacitação dos pequenos e médios empreendedores para que iniciem processos de reestruturação de seus negócios com base na técnica, identificando novas demandas e implantando novas metodologias e estratégias de negócios para atender às novas realidades do mercado.

Garantir vantagem competitiva em um mercado dinâmico e instável, onde o principal fator de interferência é provocado pelo processo de implantação de um grande empreendimento, torna-se cada vez mais necessário ao pequeno e médio empresário a

utilização de ferramentas do planejamento estratégico para fortalecer suas potencialidades e em contrapartida, minimizar suas fraquezas, a partir de uma mudança cultural de fazer e manter o negócio.

Com base nesse contexto, o estudo buscou analisar, dentro do corte cronológico proposto, como o cenário econômico foi sendo transformado, tendo em vista o período de tempo considerado (2006 a 2014) levando em contas as influências provocadas pelo processo de implantação do empreendimento, e como essas transformações promoveram a elevação da taxa de mortalidade das pequenas e médias empresas.

Ampliar o entendimento sobre os fatores motivadores da elevação da taxa de mortalidade de empresas em uma economia influenciada pela implantação de empreendimentos de grande porte torna-se essencial como instrumento auxiliar a formulação de políticas públicas de fomento econômico e de desenvolvimento local.

O estudo buscou ainda identificar e analisar os principais fatores motivadores da mortalidade de micro e pequenas empresas no Município de Itaboraí/RJ com base em pesquisa de campo realizada junto ao empresariado local com base em entrevistas para coletar informações que permitiram identificar as potenciais causas para a elevação da taxa de mortalidade dessas organizações, que em geral, tiveram boa alavancagem no período de implantação do COMPERJ e impactados com a crise instalada a partir de 2013.

Identifica-se ainda um fio condutor em comum junto aos pequenos e médios empreendedores, que justificaria a mortalidade como fenômeno que advém da falta ou ausência do uso de ferramentas de Planejamento Estratégico no dia a dia das pequenas organizações.

Assim, o estudo se justifica pela necessidade de ampliar o entendimento sobre os impactos econômicos e sociais provocados sobre economias municipais a partir da decisão de implantação de empreendimentos de grande porte e que alteram significativamente a dinâmica dessas economias.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que levam à mortalidade das micro e pequenas empresas, a partir das influências sobre a economia local da implantação de grandes empreendimentos industriais tomando como base o COMPERJ em Itaboraí/RJ.

2.2 Objetivos Específicos

- Promover revisão das bases teórico conceituais correlatos ao estudo proposto;
- Identificação do atual perfil do mercado local envolvendo as pequenas e médias empresas e a taxa de mortalidade no período proposto;
- Desenvolvimento de pesquisa quantitativa junto às pequenas empresas buscando identificar o conhecimento e uso das ferramentas de gestão estratégica pelas mesmas;
- Comparação dos resultados da pesquisa com a taxa de mortalidade para verificar a correlação existente.
- Proposição de alternativas que viabilizem a adoção das técnicas de planejamento e gestão pelos empreendedores.

3. METODOLOGIA

O presente artigo foi baseado em trabalho monográfico desenvolvido no curso de Administração da Faculdade Itaboraí e elaborado com base nos resultados finais obtidos.

A escolha do tema deve-se à continuidade de estudos já realizados na região pelos orientadores, com foco no desenvolvimento local, adequando-se ao seu desenvolvimento e buscando analisar a economia local, as políticas de desenvolvimento e os impactos econômicos e sociais provocados a partir da decisão de implantação de grandes empreendimentos sobre as pequenas e médias empresas instaladas no município de Itaboraí/RJ.

O estudo se desenvolve inicialmente com a realização de uma pesquisa bibliográfica de forma a estabelecer os principais conceitos sobre a temática proposta a partir de livros,

artigos e conteúdos publicados de autores que versam sobre a temática em questão de forma a fundamentar o entendimento necessário sobre determinados conteúdos relevantes ao estudo e às análises propostas, além de acesso às bases de dados oficiais disponíveis para maior fundamentação.

De forma complementar foi realizada uma pesquisa exploratória junto ao empresariado local buscando identificar suas experiências práticas a partir das questões levantadas e como estes percebiam as influências do COMPERJ sobre seus negócios.

A pesquisa foi realizada junto à micro e pequenas empresas no centro do primeiro distrito do Município de Itaboraí/RJ, com base em um roteiro de perguntas pré-estabelecidas de forma a se seguir padrão de abordagem específico, se concentrando no eixo da principal via que corta o distrito, a Avenida Vinte e Dois de Maio, levando em conta as influências da economia local sobre as empresas de pequeno porte em atividade, seu perfil e sua capacidade efetiva para garantir sobrevivência frente a um mercado cada vez mais competitivo e instabilidade na economia local.

Os resultados obtidos foram analisados e permitiram o desenvolvimento de proposições sobre como o processo de mortalidade das MPEs locais se configura e sustenta as conclusões do estudo, possibilitando ainda a proposição de sugestões de metodologias e estratégias a serem adotadas pelas empresas para garantirem maior capacidade competitiva e sobreviverem em um mercado cada vez mais instável e dinâmico.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)

Com base em diversos estudos, verifica-se uma tendência crescente no surgimento de novos negócios e nos segmentos mais diversificados de mercado, decorrente de diversos fatores econômicos e sociais.

Esses negócios, considerando suas características, como porte e faturamentos anuais diversificados, são denominados então como micro e pequenas empresas, e a partir desta ótica são classificados e definidos parâmetros e limitadores legais.

Segundo a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (SEBRAE, 2007, p. 07):

A Microempresa (ME) define a pessoa jurídica que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) com pessoa jurídica que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

Pode-se atribuir como comparativo e também com intuito de reiterar a definição das micro e pequenas empresas, o que preceituam Santos, Krein e Calixtre. (IPEA, 2012, p. 17):

Outra definição adotada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), limita a microempresas a aquelas que empregam até 9 pessoas, no caso de comércio e serviços, ou até 19 pessoas, no caso dos setores industrial ou de construção. Já as pequenas são definidas como as que empregam de 10 a 49 pessoas, no caso de comércio e serviços, e de 20 a 99 pessoas, no caso de indústria e empresas de construção.

Assim, a definição legal para as micro e pequenas empresas (MPEs), também pode

Porte	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas	Até 9 pessoas ocupadas
Pequena Empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas	De 10 a 49 pessoas ocupadas
Média Empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas	De 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande Empresa	500 ou mais pessoas ocupadas	100 ou mais pessoas ocupadas

ser representada no quadro 1, constante do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena empresa do SEBRAE (2010-2011).

Quadro 1: Classificação das empresas segundo o porte

Fonte: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20a%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2010_2011.pdf

Estas organizações estão diretamente inseridas em um mercado cada vez maior e exigente. Dados do SEBRAE (2011) indicam que em 2000 haviam 4,2 milhões de micro e pequenas empresas. Dez anos depois esse número em 2010 alcança um total de 6,1 milhões de MPEs em atividade, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do país, ressaltando ainda o estudo que, mesmo com todas as dificuldades, a taxa de sobrevivência destas organizações vem aumentando a cada ano.

Porém, sem infraestrutura e sem pessoal qualificado, as MPEs não conseguem se adequar de modo rápido às mudanças recorrentes do mercado, devido a obtenção e ao processamento de informações estratégicas normalmente serem realizadas de modo lento

acarretando em resultados ruins (prejuízos significativos) e, em muitos casos, a partir desses resultados se inicia o processo de falência.

Amato Neto (2000) descreve que as micro e pequenas empresas atuam geralmente em setores mais tradicionais da economia, como o comércio varejista e serviços. No setor manufatureiro, estas apresentam participação menor face a seu perfil e as características dessas organizações.

A forma como os produtos ou serviços são vendidos ou locais em que são vendidos pouco importa. Porém, aquelas que não incutem as bases estratégicas mínimas em sua cultura e em seus processos de desenvolvimento de atividades, verifica-se tendência a prejuízos e enfrentamento de dificuldades que culminam em mortalidade, em muitos casos, precoce e em um período inferior a dois anos após sua fundação.

4.2. MORTALIDADE EMPRESARIAL

O contexto que envolve a mortalidade de empresas não é algo que seja recente, sendo essa realidade presente ao longo da história, porém passou a ter maior atenção de pesquisadores a partir dos anos 1930.

Mais recentemente, a partir dos anos 1970, inicia-se a aplicação de ferramentas da administração moderna que buscavam antever a falência das organizações hoje classificadas como micro e pequenas empresas. O estudo de análises financeiras e sofisticadas técnicas estatísticas já indicavam que a má gestão financeira era um fator contribuinte significativo para a mortalidade tão precoce destas organizações.

Os estudos indicaram que era possível prever a falência de uma pequena empresa com até 5 (cinco) anos de antecedência, mantendo-se uma margem de erro potencial e que a má gestão financeira considerada como um dos principais fatores contribuintes para a mortalidade precoce.

Adota-se para o presente estudo a definição de falência formal, principalmente pela disponibilidade de informações junto aos órgãos oficiais e especialmente as juntas comerciais, uma vez que dependendo do conceito que se tome por base, o resultado de uma pesquisa sobre mortalidade ou falência de empresas pode variar muito e gerar resultados pouco confiáveis, e que, quanto mais amplo o conceito, maior será a taxa de mortalidade encontrada,

sendo uma constante considerada para a mortalidade, a falta de competência gerencial e a falta de experiência no ramo de negócio (ZACCARELLI, 1994)

Verifica-se ainda que as razões pelas quais as pequenas empresas fechavam seriam: a falta de experiência do empreendedor; a falta de estratégia de marketing; avaliação demasiadamente otimista do tamanho do mercado; subestimação do tempo de alavancagem do negócio; a falta de capital de giro; o custo de criação da empresa muito alto; a capacidade produtiva menor do que a demanda; a escolha errada do ponto considerando maior volume de pessoas do que o real e a seleção e gestão de pessoas sem competência para o negócio.

Nesse contexto, cabe destacar que outros estudos sobre sobrevivência e crescimento das pequenas empresas indicam que em um período de 10 anos, as empresas que tendem a sobreviver são aquelas que têm um tamanho maior, investem mais em inovação e, portanto, crescem mais rápido.

Santos e Pereira (1995) consolida os motivos que efetivamente tem levado muitos empreendimentos novos ao fracasso, como se verifica no quadro 2:

A PARTIR DOS ASPECTOS TÉCNICOS DO EMPREENDEDOR	
Inexperiência empresarial anterior;	Ausência de competência enquanto gestor.
NA ÁREA MERCADOLÓGICA	
Falta de conhecimento do mercado;	Falta de conhecimento do produto ou serviço.
NA ÁREA TÉCNICO-OPERACIONAL	
Falta de qualidade nos produtos e serviços;	Deficiência no relacionamento com os fornecedores;
Localização inadequada do imóvel ou do ponto;	Tecnologia de produção ultrapassada.
NA ÁREA FINANCEIRA	
Imobilização em excesso do capital em ativos fixos;	Política de créditos inadequada aos clientes;
Inexistência de controles de custos e de gestão financeira.	
NA ÁREA JURÍDICA / ORGANIZACIONAL	
Estrutura organizacional inadequada;	Falta de Inovações Gerenciais.
Falta de Planejamento e Informações Gerenciais;	

Quadro 2: Fatores motivadores que levam a organização ao fracasso

Fonte: Adaptado de Santos e Pereira (1995, p. 257)

O autor destaca ainda que outros fatores contribuintes para o fracasso dos negócios como o baixo nível de escolaridade e renda do empreendedor, que por falta de crédito junto às instituições financeiras utiliza capital próprio ou da família, o que limita o crescimento da empresa e a torna vulnerável às oscilações e a sazonalidade do mercado, além da legislação que por vezes restringe a atuação das MPEs pela sua complexidade.

4.3 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ITABORAÍ/RJ E O COMPERJ

4.3.1. Caracterização do Município de Itaboraí

O município de Itaboraí/RJ está inserido na região metropolitana do Estado (figura 1), com população estimada para o ano de 2015 em 229.007 habitantes (IBGE Cidades, 2015), distribuída no território de 430,5 Km² nos oito distritos que integram a estrutura administrativa municipal.

Sua localização estratégica e cortado por cinco rodovias, sendo duas federais como a BR 101, a partir do município de São Gonçalo e a BR-493 a partir do Município de Magé, além de três rodovias estaduais: a RJ-104, a RJ 116 e a RJ-114 (ligação Itaboraí-Maricá) proporcionam fácil acesso e saída do município, viabilizando escoamento de cargas e trânsito de pessoas, características consideradas para a decisão locacional do COMPERJ (DER-RJ, 2015).

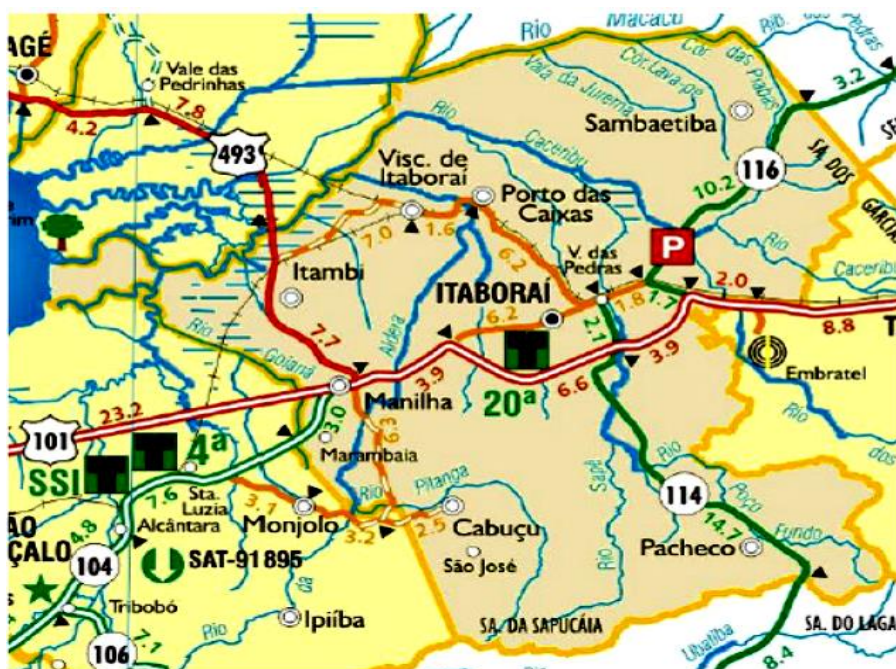


Figura 1: Mapa Rodoviário de Itaboraí com principais rodovias e acessos

Fonte: http://www.der.rj.gov.br/mapas_n/mapas.htm (2015)

A economia municipal é estruturada em atividades de manufatura de cerâmica (decorativa e utilitária), fruticultura, apicultura, pecuária extensiva, comércio e serviço, envolvendo essencialmente pequenas e médias empresas (tabela 1), cabendo destacar que a

implantação do COMPERJ e sua entrada em operação pressiona a economia local e promove o redesenho dessas atividades e da vocação econômica municipal.

VARIÁVEL	ITABORAÍ	RIO DE JANEIRO	BRASIL
Agropecuária	7.610	1.072.848	105.163.000
Indústria	1.544.336	62.966.386	539.315.998
Serviços	1.545.306	144.387.422	1.197.774.001

Tabela 1: Adaptado de Produto Interno Bruto (Valor Adicionado ano 2013)

Fonte: IBGE Cidades (2015)

Na compilação dos dados da tabela 1, o município de Itaboraí participa com aproximadamente de 0,71% do PIB no segmento agropecuário do Estado do Rio de Janeiro, assim como 2,45% da indústria e o segmento de serviços contribuindo com cerca de 1,07% do PIB.

O que se verifica na análise ratifica as inferências sobre a base da economia municipal e sua baixa importância econômica em relação à economia do estado, constatando-se expressivo volume do segmento de serviços e da indústria ceramista que representam quase 50% de participação de cada segmento na economia (gráfico 1).

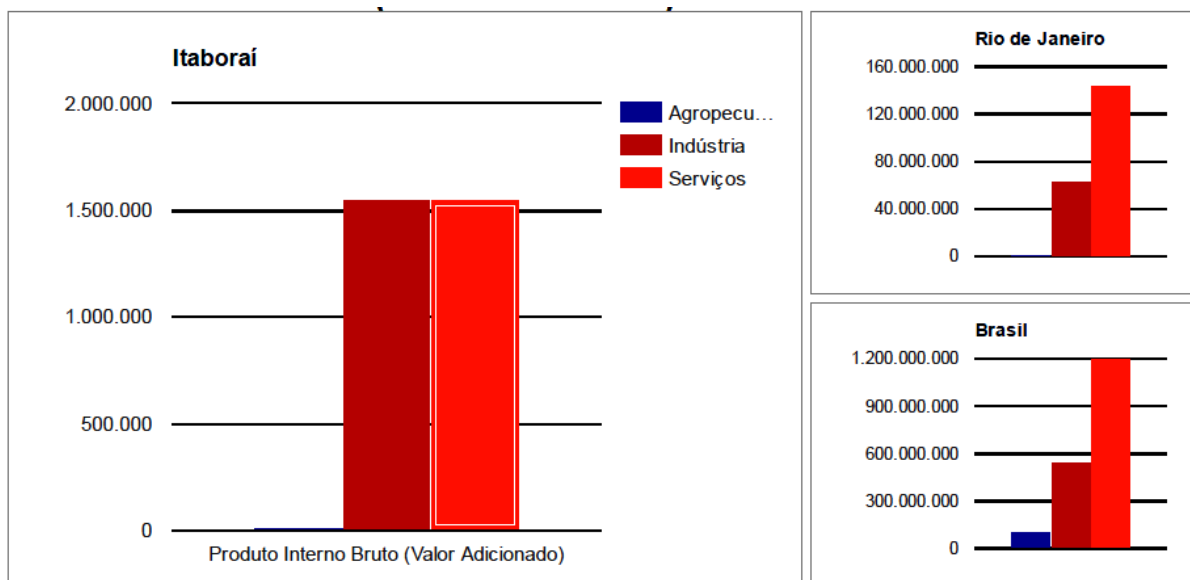


Gráfico 1: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado ano 2013)

Fonte: IBGE Cidades (2015)

Esse quadro começou a ser alterado com as expectativas criadas em torno do processo de implantação do COMPERJ desde seu anúncio e em particular após início das obras no ano de 2010.

4.3.2. O COMPERJ – Dados gerais e expectativas

Em estudo inicial realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2006), a implantação do COMPERJ se apresentava como a oportunidade de crescimento econômico necessária para que o estado pudesse se recuperar depois de décadas de estagnação, sendo o maior projeto de investimento individual da história da Petrobras e em fase de implantação no município de Itaboraí, com área total de 45 km², equivalente a quase 11% do território municipal (Figura 2).

A escolha foi a que proporcionou o melhor aproveitamento da logística existente, mais competitividade para a cadeia produtiva e indicação de maior possibilidade de inclusão social, já que sua instalação irá distribuir benefícios para um número maior de municípios do estado e sendo prevista a criação de mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e por efeito-renda, nos planos: local, regional e nacional.

O COMPERJ irá processar petróleo pesado do campo de Marlim (150 mil barris por dia), proveniente da Bacia de Campos e sua transformação em matéria-prima para a indústria petroquímica nacional, representando para o país uma economia prevista superior a R\$ 4 bilhões por ano em decorrência da redução na importação de fontes de matéria-prima petroquímica e na exportação do petróleo pesado.

Além das empresas que estariam diretamente envolvidas na construção, o estudo da FGV (2006) indicou que em torno de outras 720 empresas poderiam se instalar na região até fins de 2015, na indústria de transformação, para produzir plásticos e afins a partir dos produtos do COMPERJ, cenário que não se consolidou em decorrência da crise iniciada em 2012, que afetou negativamente as obras

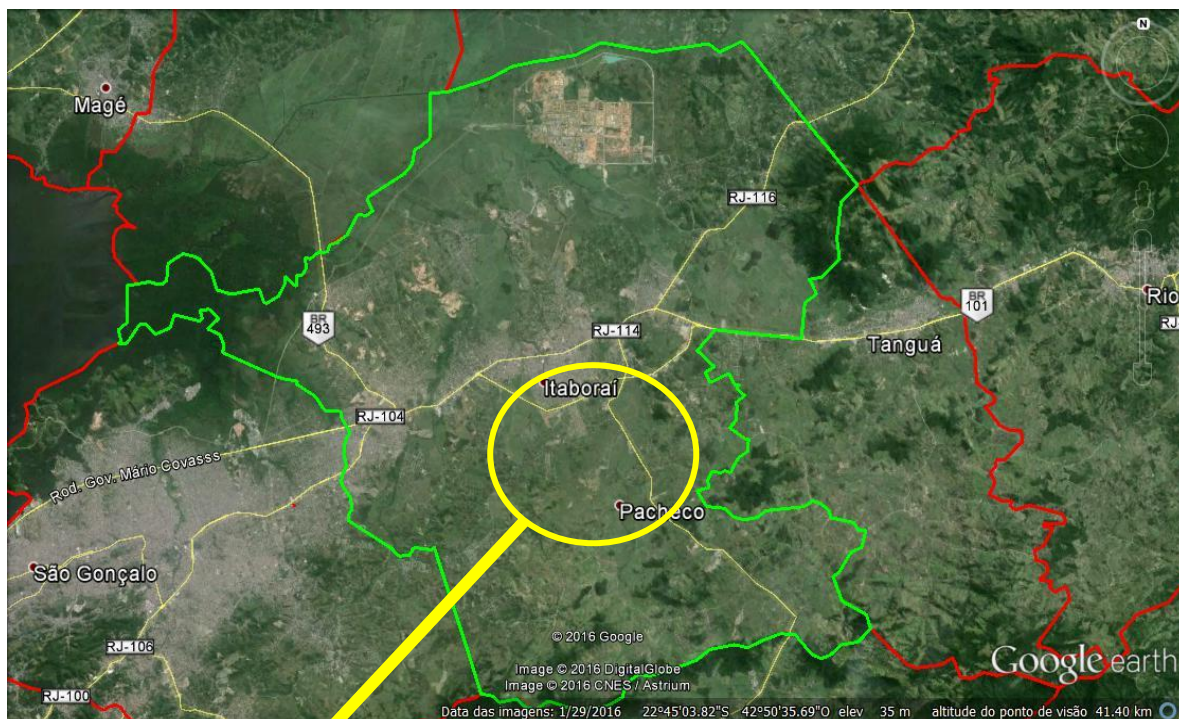


Figura 2: Imagem da área de instalação do COMPERJ e detalhe (14/12/2105)
Fonte: Google Earth (2016)

Hoje o projeto do COMPERJ está sendo revisado pela terceira vez e a previsão mais conservadora indica para 2021 a sua conclusão. Os custos iniciais de U\$ 8,4 bilhões já estariam em U\$ 47,7 bilhões, segundo relatório divulgado pelo TCU (2014).

Para estimar os impactos em relação ao número de empregos para cada ano em cada área, a FGV considerou as taxas de desemprego à época, sem admitir que os empregos na área do COMPERJ viessem a ser ocupados por pessoas de fora (o que ocorreu em larga escala e o Município hoje sofre as consequências desse aumento não considerado na população flutuante), concluindo que somente mantendo as taxas de desemprego de 6%, ou mais, haveria pressão demográfica associada à construção e operação na sua região de influência e onde o maior desafio do COMPERJ seria a redução do número de empregos, que ocorreria já a partir de 2012 (após a previsão inicial de conclusão das obras, e início da operação do complexo).

Hoje essa pressão persiste face aos inúmeros atrasos no cronograma das obras e desaceleração do ritmo de construção, fazendo com que um grande número de trabalhadores desmobilizados permaneça no município e seu entorno, sem emprego agravando o quadro de problemas sociais e essa influência já se observa em função do aumento significativo da população flutuante que demanda moradia e serviços públicos diversos, ressaltando os problemas locais existentes e impactando diretamente a economia local e em particular as pequenas e médias empresas.

Até dezembro de 2013, o número médio de trabalhadores alocados nas diversas empresas e consórcios contratados para a realização das obras foi estimado em cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) segundo dados fornecidos pela Prefeitura de Itaboraí (2015), o que correspondia a cerca de 15,40 % da população total do município, estimada pelo IBGE Cidades (2014) em 227.168 habitantes.

4.3.3. A pesquisa relacionando as MPes e os impactos produzidos pelo COMPERJ

A pesquisa foi realizada com os empreendedores no período de 19 a 22 e outubro de 2015, tendo como o foco as empresas instaladas no eixo da Avenida 22 de maio entre os bairros de Venda das Pedras a Outeiro das Pedras, principal avenida do município de

Itaboraí/RJ, na região central e que concentra grande número de MPEs, segundo informações da Prefeitura Municipal de Itaboraí - Secretaria de Fazenda indicando ainda que no período atribuído, de 2006 a 2014, foram criadas 2.753 micro e pequenas empresas e no mesmo período foram encerradas 632 no município.

O questionário aplicado foi estruturado em 12 perguntas fechadas, sendo visitadas cerca de 100 MPEs que compõe a amostra e dos 100 questionários distribuídos, 80 retornaram preenchidos, equivalente a 80% de retorno em relação ao total.

A pesquisa buscou ampliar o entendimento sobre o comportamento das micro e pequenas empresas, suas peculiaridades e características comuns dentro do ambiente de negócios que estão inseridas e considerou ainda as perspectivas futuras, dado o atual cenário econômico local e regional, além das influências produzidas pelo COMPERJ sobre os negócios sob a ótica dos pequenos empresários.

Com base nos resultados obtidos após tabulação dos dados da pesquisa, estes passam a ser destacados a seguir buscando estabelecer o perfil dos empreendimentos e associação com o COMPERJ e impactos percebidos pelos pequenos empresários.

Inicialmente o estudo buscou identificar os segmentos de atuação dos empreendimentos, sendo os resultados apurados (tabela 2) indicando para a seguinte distribuição:

SEGMENTO DE ATUAÇÃO	Nº	%
Comércio	67	83,8%
Indústria	2	2,4%
Serviço	11	13,8%
TOTAL	80	100,0%

Tabela 2: Ramo de Atuação das Micro e pequenas empresas

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que a grande maioria dos empreendimentos atuam no segmento de comércio varejista, uma característica da economia local, com cerca de 83,8% seguido pelo segmento de serviços com cerca de 13,8% dos empreendimentos, em geral relacionados a: oficinas mecânicas, auto centers, provedores de internet e serviços de manutenção em geral.

Na etapa seguinte se buscou identificar o nível de renda mensal gerada pelo negócio como forma a caracterizar o perfil de renda dos empreendedores.

Os resultados indicaram para os seguintes resultados (tabela 3):

RENDA MENSAL (Base SM)	Nº Respostas	%
Até R\$724,00	0	0,0%
De R\$724,01 a R\$2.172,00	22	27,5%
De R\$2.172,01 a R\$3.620,00	22	27,5%
De R\$3.620,01 a R\$5.068,00	21	26,3%
De R\$5.068,01 a R\$7.240,00	7	8,7%
Mais de R\$7.240,01	8	10,0%
TOTAL	80	100,0%

Tabela 3: Renda Mensal dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que a grande maioria dos negócios (53,8%) geram renda mensal total para os empreendedores entre R\$ 2.172,01 a R\$ 5.068,00, valores que se alinham com as características de micro e pequenas empresas e indicativo de que os negócios geram renda básica voltada à subsistência familiar.

A renda mensal auferida no negócio foi associada às faixas de faturamento para as MPEs buscando validar a coerência das informações e após tabulação dos dados da pesquisa, os resultados foram consolidados e apresentados na tabela 4.

FATURAMENTO ANUAL	Nº	%
De R\$1,00 a R\$60.000,00	18	22,5%
De R\$60.000,01 a R\$120.000,00	18	22,5%
De R\$120.000,01 a R\$160.000,00	14	17,5%
De R\$160.00,01 a R\$240.000,00	23	28,8%
Acima de R\$240.000,00	7	8,7%
TOTAL	80	100,0%

Tabela 4 Faturamento Anual das Micro e pequenas empresas

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que 62,5% das MPEs se enquadram na faixa de faturamento de até R\$ 160.000,00 (equivalente a uma média mensal de até R\$ 13.334,00). Por outro lado, 28,8% das MPEs informaram faturamento entre R\$ 160.000,01 a R\$ 240.000,00 (equivalente a uma média mensal de até R\$ 20.000,00) e apenas 8,7% informaram faturamento na maior faixa.

Comparando-se esses resultados com a renda mensal informada, verifica-se alinhamento e coerência nos resultados comparados e ainda, que a grande maioria das MPEs, por terem faturamento limitado às faixas menores, não conseguem ter capacidade financeira

efetiva para investimentos face a essa limitação que pode-se inferir, causada pela crise desencadeada a partir da paralisação das obras do COMPERJ e agravada pela crise nacional.

Outro aspecto relevante refere-se ao tempo de existência das empresas, onde se buscou identificar se estas foram criadas a partir de oportunidades produzidas inicialmente pelo processo de instalação do empreendimento ou se já estariam em operação antes do início desse processo que alterou a dinâmica da economia municipal.

A tabulação dos dados apontou para os seguintes resultados (tabela 5):

TEMPO DE ATUAÇÃO NO MERCADO	Nº	%
De 0 a 1 ano	9	11,3%
De 1 a 2 anos	22	27,5%
De 3 a 5 anos	5	6,2%
Mais de 5 anos	44	55,0%
TOTAL	80	100,0%

Tabela 5: Tempo de existência das MPEs no mercado

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise dos resultados indica que 45,0% das MPEs foram criadas no período de até 5 (cinco) anos, o que leva a inferir que os negócios podem estar relacionados às oportunidades geradas pelo aumento da demanda decorrente da instalação do COMPERJ, ao passo que 55,0% dos negócios já estavam criados e operando, antes do processo de implantação do complexo se iniciar.

Outro aspecto de destaque refere-se ao fato de que 38,8% dos negócios foram criados no período de até 2 (dois) anos, o que indica que as alterações no mercado propiciaram dois movimentos associados à mortalidade de empresas – o primeiro com o surgimento de negócios em substituição a outros que pereceram – o segundo é terem sido criados em meio à severa crise econômica que se iniciou em fins do ano de 2013 e vem se agravando até os dias atuais, podendo levar a mortalidade dessas empresas, realimentando o ciclo.

A pesquisa buscou ainda demonstrar, a partir do perfil de pequenos negócios, o nível de empregabilidade gerada a partir do número de colaboradores que empregam e o impacto social gerado pela desmobilização desses trabalhadores em caso de encerramento das atividades.

Os resultados apurados após tabulação dos dados são apresentados na tabela 6.

COLABORADORES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	Nº	%
De 1 a 5 colaboradores	39	48,8%
De 6 a 10 colaboradores	22	27,5%
De 11 a 15 colaboradores	10	12,5%
De 16 a 20 colaboradores	4	5,0%
Acima de 21 colaboradores	5	6,2%
TOTAL	80	100,0%

Tabela 6: Quantitativos de colaboradores empregados nas MPEs
Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que na faixa de 1 a 10 colaboradores contratados estão cerca de 76,3% das empresas. 12,5% empregam entre 11 e 15 colaboradores e apenas 11,2% empregam acima de 16 colaboradores.

Esses resultados ratificam que as MPEs são efetivamente as grandes geradoras de emprego e renda, principalmente em economias de pequenos municípios como Itaboraí e entorno, e que estão sendo diretamente afetados pela paralisação das obras do COMPERJ e podendo-se inferir que o encerramento dessas atividades produzirá efeitos negativos de elevada significância social e econômica, agravando ainda mais a crise em curso, levando-se em conta que para cada posto de trabalho existem mais três pessoas em média que integram o grupo familiar estimado em 4 (quatro) componentes, segundo dados do IBGE Cidades (2015)

Outro aspecto considerado para associação dos impactos produzidos pelo COMPERJ levou em conta a percepção inicial dos empreendedores sobre as influências que poderiam ser geradas para os negócios, sendo os resultados consolidados, apresentados na tabela 7.

INSTALAÇÃO DO COMPERJ	Nº	%
Bom para os negócios	68	85,0%
Ruim para os negócios	7	8,8%
Não fez diferença	5	6,2%
TOTAL	80	100,0%

Tabela 7: Influências potenciais do COMPERJ sobre os negócios na fase de implantação
Fonte: Elaborado pelos autores

O resultado indica para um elevado grau de expectativa em relação às oportunidades que poderiam ser geradas com o aumento da demanda por bens e serviços a partir do processo de implantação do COMPERJ, com 85,0% das respostas indicando que esse processo seria bom para os negócios.

Analisando os demais 15,0% dos resultados, pode-se inferir que as respostas estão relacionadas ao tipo de negócio e segmento de atuação, levando-se em conta que as alterações produzidas na economia local, a partir da implantação de um empreendimento de porte do COMPERJ leva ao incremento de novos negócios por um lado e para alguns segmentos esse processo não provoca impactos significativos em decorrência de se considerar população flutuante e a sazonalidade das demandas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para fins de consolidação de resultados do estudo, o que se verifica é que existe uma relação direta entre os processos de implantação de grandes empreendimentos como o COMPERJ e as economias municipais na área de influência destes.

Sendo assim, essas influências podem ser positivas ou negativas, e dependem fundamentalmente do cumprimento do cronograma de obras, bem como do fluxo dos investimentos.

Dessa forma e buscando estabelecer como as influências econômicas e sociais podem se configurar, as tabelas 8 e 9 traduzem as percepções dos pequenos empresários locais que foram diretamente impactados e como estes entendem os efeitos inicialmente positivos e que com a paralisação das obras se transformaram em ameaças potenciais para seus negócios, sendo possível extrapolar essas percepções para a economia municipal como um todo em decorrência da tendência que se verifica.

Os empresários, ao serem solicitados a externar seus entendimentos sobre as influências que o processo de implantação do COMPERJ produziu sobre seus negócios, levaram em conta os impactos inicialmente percebidos, sendo os resultados consolidados na tabela 8.

INFLUÊNCIA DO COMPERJ	Nº	%
POSITIVAS		
Aumento de faturamento	62	100,0%
Aumento no número de vendas	62	100,0%
Aumento de número de clientes	45	72,6%
Ampliação das instalações	13	21,0%
Contratação de novos funcionários	23	37,1%

TOTAL	62	=====
NEGATIVAS		
Perda de faturamento	5	27,8%
Perda em número de vendas	7	38,9%
Diminuição do número de clientes	2	11,1%
Redução do tamanho das instalações	3	16,7%
Dispensa de funcionários	2	11,1%
TOTAL	18	=====
TOTAL GERAL	80	=====

Tabela 8: Influência do COMPERJ sobre as MPEs no Município

Fonte: Elaborado pelos autores

As respostas foram agrupadas em relação à amostra total de 80 questionários, indicando que a grande maioria, 62 (77,5%) responderam que os efeitos percebidos inicialmente foram positivos para seus negócios e 18 (22,5%) responderam que os impactos iniciais percebidos foram negativos.

Aqui verifica-se mais uma vez que, dependendo do tipo de negócio e segmento de atuação, as influências estão relacionadas a oportunidades para alguns e ameaças para outros em decorrência de se considerar para fins de demanda, o perfil da população flutuante que ingressou no município para atuar nas obras e a sazonalidade das demandas associadas ainda a questões culturais e necessidades específicas.

Percebe-se que os impactos positivos iniciais ratificam essa tendência da demanda que foi identificada e estão associados ao aumento de faturamento, aumento no número de clientes e aumento no número de itens comercializados, levando a investimentos em ampliação de instalações e incremento na contratação de trabalhadores.

Por outro lado, os impactos negativos apontados indicam para o movimento contrário ao incremento relatado, sendo verificado que os empreendedores desse grupo mantiveram suas operações sem considerar as mudanças que estava ocorrendo na economia local, verificando-se a falta de inovação e capacidade de planejamento foram os principais contribuintes para a produção de resultados negativos dos negócios.

Na sequência do processo de pesquisa, os empreendedores foram solicitados a externar seus entendimentos e expectativas em relação ao futuro de seus negócios, levando em conta agora o processo de paralisação das obras do COMPERJ, a desmobilização da mão

de obra que estava alocada no processo de construção do Complexo e a crise econômica local iniciada no ano de 2013, agravada até o ano de 2015.

Os resultados foram consolidados na tabela 9.

EXPECTATIVAS QUANTO AO FUTURO DA EMPRESA	Nº	%
PRETENDE SE MANTER NO SEGMENTO		
Dentro do município	52	78,8%
Fora do município	3	4,5%
Pretensão de expansão	11	16,7%
TOTAL	66	100,0%
MOTIVOS PARA SAÍDA DO SEGMENTO DE ATUAÇÃO ATUAL		
Declínio do COMPERJ	8	57%
Perda da fatia de mercado	6	43%
Redução de espaço Físico	0	0%
TOTAL	14	100,0%
TOTAL GERAL	80	100,0%

Tabela 9: Expectativas de futuro na percepção dos empreendedores

Fonte: Elaborado pelos autores

As respostas quanto à expectativa de futuro foram agrupadas em relação à amostra total de 80 questionários, indicando que a grande maioria, 66 (82,5%) responderam que apesar da crise e das dificuldades pretendem manter seus negócios e segmento de atuação, destacando-se que 78,8% consideram que vão conseguir se manter no mercado local e outros 16,7% ainda pretendem expandir para garantir a necessária vantagem competitiva para se manterem no mercado.

Mesmo com a pretensão de manter seus negócios e no mesmo segmento, 4,5% informaram que pretendem investir em outros municípios que apresentariam melhores oportunidades de mercado.

Em contrapartida, em decorrência da crise 14 (17,5%) responderam encerrarão suas atividades destacando principalmente a perda de participação no mercado em decorrência da crise decorrente da paralisação das obras do COMPERJ.

Nesse contexto, os negócios mais afetados são os que estão associados às demandas sazonais como restaurantes, pousadas, lavanderias, entre outros.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo proposto buscou analisar os fatores motivadores da mortalidade de micro e pequenas empresas (MPEs) ou a manutenção de suas atividades em decorrência das influências provocadas sobre as economias locais quando da instalação de grandes empreendimentos com recorte para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) no Município de Itaboraí/RJ para o período de 2006 a 2014, compreendendo o processo de anúncio, instalação, início de obras e posterior paralisação.

Buscou ainda entendimento sobre o ambiente de negócios das MPEs, expectativas geradas com o processo de implantação do empreendimento, bem como estudos iniciais indicativos de cenários que seriam configurados com a instalação do Complexo.

O estudo contextualiza inicialmente conceitos fundamentais sobre as MPEs e mortalidade empresarial, destacando os principais fatores contribuintes que levam ao encerramento de atividades, por vezes, precoce.

O objetivo geral foi alcançado com a identificação e análise dos impactos positivos e negativos produzidos pelo COMPERJ sobre a economia local e os pequenos empreendedores através do desenvolvimento de pesquisa amostral junto às MPEs.

Com a consolidação dos resultados da pesquisa de campo foi possível estabelecer o perfil das empresas e captar o entendimento dos empreendedores sobre como estes perceberam as influências do COMPERJ sobre seus negócios.

Apesar da elevada taxa de mortalidade no que diz respeito às MPEs, o estudo indicou que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas e do desconhecimento das ferramentas de planejamento estratégico e sua efetiva utilização, a grande maioria dos empreendedores pretende continuar no mercado e fazer investimentos buscando adequação de seus negócios às demandas do mercado.

Foi evidenciado ainda a deficiência de controles efetivos da estrutura do executivo municipal que devem acompanhar com maior nível de detalhamento as movimentações envolvendo a criação e encerramento de empresas associadas ao processo de implantação de grandes empreendimentos.

Considerando as pressões que são provocadas sobre a economia local quando da decisão de instalação desses empreendimentos, recomenda-se o desenvolvimento de políticas

públicas voltadas ao fomento da capacitação dos pequenos empreendedores e ritos mais simplificados para legalização e licenciamento das novas empresas.

Destaque se faz ao potencial para geração de emprego e renda dessas organizações, que respondem por grande parte dos empregos gerados, tanto no plano local quanto regional, e, portanto torna-se significativo o investimento em capital humano e sua qualificação.

Considerando o presente estudo ser fruto de monografia apresentada no curso de Administração de Empresas da Faculdade Itaboraí, não se pretende aqui encerrar as discussões sobre o tema, sendo este, base para discussões e estudos futuros a serem desenvolvidos pelo autor e seus orientadores.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000

COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ): **Informações gerais sobre o empreendimento**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2015

DER – Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Estado do Rio de Janeiro (DER-RJ): **Mapa rodoviário e informações sobre o município de Itaboraí**. Disponível em: em: <http://www.der.rj.gov.br/mapas_n/map.htm#>. Acesso em: 10 out. 2015

IBGE Cidades – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Localização Geográfica do Município de Itaboraí/RJ – Divisão por gênero e faixa etária, Distrito – 2013**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2015

Prefeitura Municipal de Itaboraí – Secretaria Municipal de Planejamento e coordenação: **Caderno Itadados, versão 1, 2006 e versão 2, 2007**. Disponível em: <http://legislaitaborai.com.br/leis/cadernos_itadados.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015

Prefeitura Municipal e Itaboraí – Secretaria Municipal de Fazenda

Disponível em: Sistema Supernova T.G. Sistemas. Acesso em: 29 out. 2015

SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari; CALISTRE, André Bojikian. **Micro e Pequenas Empresas Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenasempresas.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.leigeral.com.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=FF8080812993A8DE0129CDCCC81B7959>>. Acesso em: 10 out. 2015

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2013 – 6ª. edição**. DIEESE, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015

TCE-RJ. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria Geral de Planejamento. Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração: **Estudo Socioeconômico 2014: Itaboraí**. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>>. Acesso em: 13 out. 2015.

SANTOS, Silvio Aparecido e PEREIRA, Heitor José. **Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial.** Brasília: Ed. SEBRAE, 1995.

ZACCARELLI, Sérgio Baptista; FISCHMANN, Adalberto A. Estratégias genéricas: classificação e usos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo (SP): Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, v. 34, n. 4, p. 13-22, jul./ago. 1994